

## **Das dimensões às capacidades comunicativas: apontamentos sobre o (ciber)ativismo na perspectiva da teoria da ação coletiva**

Jandré Corrêa BATISTA<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho versa sobre as contribuições potenciais das redes sociais digitais às transformações das dinâmicas das ações coletivas políticas em face ao contexto comunicacional contemporâneo. Tem-se por objetivo discutir alguns paradigmas do conceito de ação coletiva no âmbito do (ciber)ativismo, de modo a situá-lo em meio às particularidades trazidas pela comunicação mediada por computador.

**Palavras-chave:** Ciberativismo. Redes Sociais. Ação Coletiva

### **Introdução**

Diversos são os estudos que têm constatado o crescente papel assumido pela Comunicação Mediada por Computador na promoção de ações político-ativistas. De abordagem marcadamente teórica sobre o tema, uma série de trabalhos restringe-se ao enfoque do problema do ciberativismo a partir de sua identificação como uma característica emergente das apropriações sociais das novas tecnologias (cf. ANTOUN, 2006; UGARTE, 2006) e pelo potencial democrático do meio (cf. GILLMOR, 2004; PAVLIK, 2005). Outros, ainda, propõem uma revisão das bases teóricas que envolvem o conceito de movimentos sociais (cf. MACHADO, 2007; GARRET, 2006) e ações coletivas (cf. BIMBER *et al.*, 2005; LUPIA e SIN, 2003), esclarecendo a necessidade de uma reflexão sobre o tema em face ao contexto midiático contemporâneo.

Em razão das novas configurações das dinâmicas sociais na paisagem midiática contemporânea, a apropriação dos recursos da Internet para fins de mobilização social, parte-se de uma breve revisão teórica da evolução do conceito de ações coletivas. A

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: jandreceb@gmail.com

intenção é contribuir para a discussão de como os sujeitos se utilizam dessas ferramentas como estratégia de organização social para fins ativistas. Para tanto, cruzam-se os pressupostos clássicos das ações coletivas, em Olson (1965), com dinâmicas contemporâneas favorecidas pela estrutura das redes sociais digitais, cujas características são avaliadas em estudos recentes, como em Flanagin *et al.* (2006) e Margetts *et al.* (2009).

Diante de um novo entendimento das ações coletivas, para compreender em um sentido mais amplo como a estrutura de comunicação modifica as interações e as dinâmicas sociais no contexto da aplicação das novas tecnologias, naturalmente se faz necessário abordar a estrita relação destas ao conceito de ativismo, no contexto das redes sociais digitais, por sua condição propositiva e, sobretudo, nuclear às articulações políticas.

## **1 Ativismo em redes sociais digitais**

Redes são representações. O seu entendimento origina-se a partir da Teoria dos Grafos, campo introduzido pelas Ciências Exatas e apropriado pelas Ciências Sociais desde a década de 40 (RECUERO, 2009). Como abordagem teórica ou metodológica, o conceito tem sido aplicado por diversas áreas do conhecimento. “O imaginário das redes permeia a cultura moderna, pode ser quase qualquer coisa” (NEWMAN *et al.*, 2006, p. 2-4). Na abordagem das redes sociais, a perspectiva busca entender os indivíduos conectados entre si como uma rede: os atores sociais – individuais ou coletivos – (os nodos) e os laços e interações sociais entre eles (conexões).

Uma das formas de expressão das redes sociais na Internet – e o lugar em que se tornam mais visíveis – são os sites de redes sociais. De acordo com Boyd e Ellison (2007), os sites de redes sociais são serviços on-line em que se os atores sociais podem manter um perfil público (ou semipúblico), estabelecer uma lista de contatos e visualizar essas conexões. Quanto às suas configurações, os sites de redes sociais justificam-se pela manutenção de redes sociais pré-existentes ou ainda pela emergência de agrupamentos baseados em interesses compartilhados, visões políticas ou atividades em comum.

Dentre as dinâmicas de agregação com vistas à consecução de interesses coletivos, as apropriações das mídias sociais para o ativismo mostram-se uma constante criativa nos usos sociais dessas ferramentas. A multiplicidade de sistemas e recursos comunicacionais disponíveis nesses “espaços” passam a ser apropriado para ações coletivas dentro de uma nova perspectiva de reverberação política.

Com base em Jordan (2002), o ativismo político é caracterizado pelas ações coletivas que demandam transgressão e solidariedade. Por ‘transgressão’, entende-se a oposição a certa condição social com vistas à sua transformação. Por ‘solidariedade’, o sentido coletivo de suporte mútuo em busca dessa transgressão. Os dois aspectos formam o pressuposto essencial ao ativismo: o caráter coletivo-solidário guiado à mudança social. Em sua revisão bibliográfica, partindo desse autor, Assis (2006) compreende o ativismo como uma ação política indireta desvinculada ao campo institucional. Uma ação política direta é entendida pelos processos políticos formais de participação popular, como o ato de votar, ao passo que a indireta se define pelas manifestações, pelas formas de protesto como greve, subversão, etc., ou seja, por “(...) qualquer ação positiva (fazer algo) que tenha implicações concretas, e geralmente imediatas, sobre seus alvos” (ASSIS, 2006, p. 14).

Na paisagem midiática contemporânea, o ativismo estrutura-se em redes distribuídas (cf. UGARTE, 2006) – cada nodo por definição é igual perante os demais, sendo capaz, com menor dificuldade, alternar-se entre os papéis de emissor e receptor. Tal condição tem conferido ao indivíduo-comum o que a literatura aponta como *empowering people* (cf. HARA, 2008). Leva-se o poder a uma esfera deliberativa social, de modo a potencializar e democratizar o acesso à informação e às ferramentas que permitem a fácil produção, recepção e difusão de conteúdos. Há, portanto, também em nome de uma cultura participativa aportada pela convergência tecnológica (JENKINS, 2006), um engrandecimento das capacidades individuais de ação, em decorrência do encurtamento da distância ao centro político-decisório de questões de relevância coletiva.

Inserido na perspectiva dos novos movimentos sociais, emergentes a partir do avanço, popularização e acessibilidade tecnológica desde o final da década de 90, o “ciberativismo” pode ser entendido como um dos papéis de “refuncionalização” das

mídias (cf. SANTAELLA, 2007, p.232): uma das formas de ação política que se utiliza da apropriação das novas tecnologias comunicacionais na intenção de propor formas de protesto a partir do ciberespaço (GONÇALVES *et al.*, 2008), não restringindo, no entanto, as ações a essa esfera de atividade. A acessibilidade de propor, organizar e coordenar ações, como sugerem Rheingold (2002) e Antoun (2004), têm favorecido a dinâmica de formação e ação dos movimentos ativistas. A possibilidade de auto-organização e a redução dos custos sociais em comunicar-se e sociabilizar-se – traços inerentes às redes sociais digitais –, conferem um caráter espontâneo e móvel aos engajamentos coletivos.

## **2 A lógica clássica da ação coletiva**

Dentro da Teoria da Mobilização dos Recursos (MR) (cf. GOHN, 2007), um dos trabalhos é fundamental para se considerar as dinâmicas da ação coletiva: *The Logic of Collective Action* (1965), de Mancur Olson. O autor parte por um viés da microeconomia em crítica ao que chamou de “teorias tradicionais dos grupos sociais”. Entendia-se, até então, que o comprometimento de um indivíduo no âmbito de grupos sociais em ações em que se visa o bem coletivo – ou seja, em um contexto em que há benefícios em cooperar com o grupo social em que se está inserido – representa o mesmo empenho social em comparação à sua atuação individual em benefício próprio.

Desconstruindo a lógica tradicional, Olson dedica-se ao longo de sua obra a problematizar as condutas dos atores sociais utilitaristas que visam maximizar o benefício próprio no âmbito coletivo. Para explicar essas considerações, o autor estabelece critérios para a eficiência de ações coletivas, condicionando o alcance dos grupos sociais ao bem coletivo às dimensões do grupo (dimensão reduzida) e às suas consequências quanto aos custos de organização social e às formas de incentivo (negativos e positivos) à participação conjunta. Conforme argumenta, a não ser que se constatem instrumentos de (1) coerção em um grupo ou este se configure em (2) proporções reduzidas ou haja (3) incentivos seletivos aos contribuintes, a lógica da ação individual distingue-se plenamente das dinâmicas da ação coletiva.

A argumentação de Olson (1965) centra-se na dificuldade dos grupos maiores em termos de organização, de estabelecer internamente um consenso entre os membros e de que as ações individuais sejam notadas/percebidas (caráter de noticiabilidade) pelos demais integrantes. Em grupos maiores, segundo Olson (1965), é impossível para os membros se reconhecerem em sua totalidade, o que não caracteriza a vinculação entre os integrantes por laços fortes (cf. GRANOVETTER, 1973). Dessa forma, um indivíduo não recebe sanções sociais se não fizer sacrifícios em vistas aos objetivos do grupo (LUIPIA e SIN, 2003, p.320).

Ainda em relação às dimensões, argumenta-se que, quanto maior o grupo, menor é a percepção coletiva às ações de cada indivíduo. Como consequência, mais frequentemente incidem estratégias de alcançar o bem coletivo sem contribuir para isso, mesmo que exista um interesse quanto aos ganhos individuais. Essa prática de ‘oportunismo’ é denominada pela literatura como ‘free-riding’. Mesmo que todos os membros de um grupo pretendam o mesmo objetivo, se o nível de percepção entre os integrantes quanto às ações (de outros membros) e ao comprometimento às causas do grupo seja baixo (o que ocorreria nos grupos grandes), a racionalidade individual diverge da racionalidade coletiva: as ações são limitadas pela estratégia de melhores ganhos em relação ao menor esforço depreendido.

Além dos grupos pequenos, segundo Olson (1965), as ações coletivas são viáveis na presença de incentivos (positivos) ou instrumentos de coerção/pressões sociais (incentivos negativos). Esses incentivos não são necessariamente econômicos, podem atingir o campo do simbólico (capital social). “As pessoas são algumas vezes também motivadas por um desejo de ganhar prestígio, respeito, amizade, e outros objetivos sociais e psicológicos” (OLSON, 1965, p.60)<sup>2</sup>. Assim, para elucidar as vantagens dos grupos menores no âmbito das ações coletivas e sistematizar as suas contribuições teóricas, Olson (1965) constrói outra tríplice-conceitual, agora sob o olhar nas qualidades do grupo em relação às suas dimensões. De acordo com o autor, os

---

<sup>2</sup>Versão do autor para “Economic incentives are not, to be sure, the only incentives; people are sometimes also motivated by a desire to win prestige, respect, friendship, and other social and psychological objectives” (OLSON, 1965, p.60)

grupos poderiam ser divididos quanto a sua funcionalidade em conduzir ações coletivas em (1) Privilegiados, (2) Intermediários e (3) Latentes<sup>3</sup>.

Embora as constatações de Olson sejam válidas ao seu tempo, os modelos clássicos das ações coletivas demandam, na contemporaneidade, uma reavaliação conceitual quanto às suas bases mais essenciais. Um dos maiores desafios das ciências sociais é compreender os fenômenos sociais em um ambiente de célere mudança (cf. FLANAGIN *et al.*, 2006). No caso da Internet e de suas implicações sociais no âmbito das ações coletivas (pelas características estruturais e por se constituir de um meio em constante transformação), dificulta-se ainda mais a consolidação de um recorte teórico que possa abranger todo esse universo de possibilidades.

As inovações tecnológicas relacionam-se intimamente à emergência de formas de expressões coletivas. A diversidade de dinâmicas e das formas de engajar-se coletivamente são diretamente proporcionais ao desenvolvimento de novas ferramentas de comunicação. Sendo as ações coletivas “naturalmente comunicacionais” (FLANAGIN *et al.*, 2006), as dinâmicas dos grupos sociais reconfiguram-se de forma exponencial.

---

<sup>3</sup>Respectivamente: (1) Privileged, (2) Intermediate, (3) Latent. Os primeiros assim se caracterizam quando ao menos um membro, cujos ganhos fracionados sejam tão relevantes a ponto de este ator arcar com a totalidade dos custos da ação coletiva. Isso o incentiva a alcançar o objetivo comum mesmo que isoladamente. Essa premissa parte do princípio de que outros atores são influenciados à participação em função da facilitação representada pelo esforço desse(s) membro(s)-chave. No grupo intermediário, diferentemente, nenhum membro recebe incentivos suficientes para que individualmente o sujeito se dedique a prover os custos de organização, locação, negociação e mobilização para que o alcance aos objetivos do grupo seja possível. Mas, em compensação, em função da dimensão reduzida do grupo, os membros conhecem o nível de engajamento de cada ator social – se outros membros estão ou não colaborando para a promoção do objetivo do grupo – e recebem, dessa forma, suficientes pressões sociais que os condicionaria à participação. O grupo latente é aquele cujas ações de seus membros, ou a ausência destas, não afetam os demais integrantes do grupo. Não há meios para a atuação coletiva, embora se constate o interesse guiado ao alcance do bem comum: nesse caso, não existe uma estrutura organizacional e comunicacional eficiente para esses fins. Como não haveria percepção quanto às atuações dos membros e o efeito disso à busca do objetivo coletivo, por uma questão utilitária a contribuição na relação ganhos/custos tornaria racional a não-participação. “Desde que ninguém no grupo irá reagir se um membro não contribua para o esforço coletivo, ele não terá incentivos para contribuir” (MARGETTS *et al.*, 2009, p.5)

Ainda assim, são incipientes os esforços acadêmicos que buscam entender essa associação. No alcance bibliográfico deste trabalho, tentar-se-á expressar algumas dessas perspectivas.

### **3 Quando a Internet entra em cena**

As transformações comunicacionais prementes na sociedade contemporânea têm chamado a atenção de alguns pesquisadores (cf. MARGETTS *et al.*, 2009, BIMBER *et al.*, 2005) no sentido de revisar os conceitos de Olson (1965) para reconfigurá-los ao contexto das novas tecnologias de comunicação e informação. Conforme se expressa nesses trabalhos, os três aspectos base da teoria de Olson, como condicionantes à viabilidade da ação coletiva, devem ser reavaliados e reconstituídos sob a perspectiva do contexto de ubiquidade tecnológica.

No alcance bibliográfico deste trabalho, delineiam-se os seguintes aspectos apontados pelas revisões teóricas sobre os modelos de ação coletiva à luz das novas tecnológicas de comunicação e informação: (a) a passagem da relevância da dimensão dos grupos sociais para fins de mobilização às potencialidades comunicacionais entre os membros de um grupo, independentemente de sua dimensão; (b) o papel da comunicação mediada por computador – em especial da comunicação instantânea/síncrona – como propulsora de ações coletivas; e (c) a transformação da lógica de ‘free-riding’ no meio digital e a emancipação emergente e auto-organizativa dos grupos sociais (não mais necessariamente atrelados às organizações formais).

Sobre o pressuposto de que os grupos pequenos são “mais eficientes e viáveis” (OLSON, 1965, p.2) do que os engajamentos coletivos de proporções maiores quando não há incentivos seletivos e instrumentos de coerção, Lupia e Sin (2003) contra-argumentam no sentido de que a dimensão do grupo social perderia a relevância no contexto da comunicação mediada por computador. Segundo defendem, as novas tecnologias diluem as formas de poder e reduzem as dificuldades de mobilização. Dessa forma, em função da facilidade de comunicação entre os atores sociais, as proporções do grupo não seriam mais determinantes para a viabilidade de uma ação coletiva, mas sim a capacidade comunicativa disposta pelos grupos sociais.

Os custos de organização de um grupo, como também defendem Rheingold (2002), Antoun (2004) e Hara (2008), são amplamente reduzidos com a emergência de ferramentas de comunicação instantânea e demais instrumentos potenciais de mobilização – em razão das apropriações sociais para esses fins. Ao contrário do que antes era impeditivo, situar um grupo disperso geograficamente e organizar sua atuação, a partir de essas novas ferramentas de organização social, é possível coordenar encontros simultâneos em lugares distintos, incentivando entusiastas em potencial (cf. LUPIA e SIN, 2003).

Em relação às transformações das formas de negociação entre os atores sociais – o que se tornaria inviável em grupos maiores para Olson (1965) –, de acordo com Lupia e Sin (2003), as tecnologias de comunicação e informação facilitam as trocas sociais sem as tradicionais restrições comunicativas. A partir de essas considerações, defende-se que o acesso às novas tecnologias pode ser mais “importante” do que a dimensão dos grupos sociais para a emergência de ações coletivas. Para sustentar a argumentação, os autores comparam, seguindo a lógica de Olson (1965), um grupo pequeno de pouca capacidade comunicativa a um grupo maior conectado em rede. O primeiro grupo não supera o critério de “noticiabilidade”, ao passo que no grupo maior as novas tecnologias permitem “a transmissão eletrônica de símbolos que substituiria as vantagens em facilitar a provisão coletiva que Olson atribui aos grupos pequenos” (p.322). Ademais, ainda que não elimine a prática do ‘free-riding’, o conhecimento acerca do envolvimento dos demais sujeitos interessados na ação coletiva passa a ser um fator essencial nesse contexto.

No âmbito da comunicação mediada por computador, o conceito de noticiabilidade também sofre mudanças de paradigma. A possibilidade de os membros de um grupo perceberem amplamente a atuação dos demais integrantes concede novos contornos à dinâmica das ações coletivas. Com o aumento da noticiabilidade e o decréscimo dos custos de organização, há a potencial passagem “de parceiros inviáveis de ação para viáveis” (LUPIA e SIN, 2003, p. 328).

Nessa perspectiva, Margetts *et al.* (2009) tratam de como uma das características da Internet, a retroalimentação instantânea (comunicação síncrona), no âmbito das ações políticas, pode contribuir para a consecução das pressões sociais que condicionam o



indivíduo a cooperar com o grupo social em que está inserido. De encontro ao que previa Olson (1965), as pressões sociais não são apenas relevantes em grupos de pequenas proporções: os autores demonstram a partir de dois experimentos empíricos que, devido às possibilidades de *feedback* em tempo real, os sujeitos envolvidos, ao saber das ações dos demais, estariam mais dispostos à participação.

Mais além da questão da comunicação instantânea (síncrona), os esforços acadêmicos não demonstram a contribuição potencial da comunicação assíncrona no âmbito das ações coletivas. A comunicação assíncrona (e-mails, participação em fóruns, por exemplo) torna possível a interação mesmo sem se limitar ao elemento tempo. Os usuários não necessitam interagir na idéia de tempo real para coordenar as suas ações, o que confere novas possibilidades de expressão e organização aos grupos sociais. Da mesma forma, portanto, que as ferramentas de comunicação instantânea são importantes por conferir velocidade à comunicação (retroalimentação em tempo real, de maneira a reduzir distâncias), a comunicação assíncrona proporciona visibilidade às demandas e amplia as formas e os lugares de interação no tempo e no espaço. Em seu potencial transformador das dinâmicas das ações coletivas, a criação (e apropriação) de espaços de interação (pelas possibilidades da comunicação assíncrona) está associada à passagem do espaço privado ao público e à constante perda da relevância das organizações formais na representação do interesse coletivo.

As formas de uso das novas tecnologias representam, assim, a interconexão entre as características dos movimentos sociais e as organizações formais/tradicionais. Se por um lado as organizações tradicionais adquirem a flexibilidade e a espontaneidade dos movimentos sociais, por outro estes seriam capazes de assumir as funções das segundas. As estruturas organizacionais espontâneas, híbridas ou redes sociais, não apenas assumem as potencialidades das organizações tradicionais em plenamente informar, comunicar e coordenar. Em alguns casos, chegam a suplantam essas funções. Lista de e-mails, *smart mobs*, organizações instantâneas que visam objetivos coletivos, entre outros, são exemplos de “recursos informacionais das ações coletivas alheias aos tipos de organizações tradicionalmente postos como centrais nos esforços coletivos” (BIMBER *et al.*, 2005, p.377).

Em face ao novo paradigma, em uma proposta de revisão conceitual, as ações coletivas são entendidas como a transição “entre o domínio privado de interesse e de ação para o domínio público” (BIMBER *et al.*, 2005, p.377). Ou seja, quando essa fronteira é cruzada por duas ou mais pessoas com vistas a um objetivo comum se estaria diante de uma ação coletiva. Nesse outro contexto, a tomada de decisão não ocorre de forma binária em relação ao custo-benefício em integrar a ação conjunta (decisão se se deve participar ou não), mas sim em função do compromisso dos atores sociais de ascender do domínio privado ao público. Não há sequer uma identificação precisa da constituição de cada uma dessas esferas.

### **Considerações Finais**

As possibilidades de ampliação dos canais de comunicação, como se observou, têm conferido novas dinâmicas aos engajamentos coletivos. Frente às características dos novos movimentos sociais de politização de espaços comuns à vida social, nota-se o “ambiente das redes sociais”, em função de sua favorável estrutura conectiva às redes sociais, como conceito propositivo às ações conjuntas e como uma ferramenta em potencial aos movimentos sociais em suas formas de expressão, deliberação e coordenação. A configuração social em redes distribuídas, ainda que não seja plenamente igualitária, estabelece um caráter democrático às relações humanas, diluindo em rede as formas de exercer poder. Evidencia-se, dessa forma, o papel relevante desempenhado por “indivíduos-comuns” – antes longe de serem considerados significativos na esfera de deliberação política – como constituintes das engrenagens de um movimento.

Com a Internet, o controle da informação – não mais restrito aos meios de comunicação tradicionais – mostra-se difuso e passível de emergir por meio de iniciativas espontâneas de atores originalmente “sem voz política”. Em weblogs, microblogs e sites de redes sociais, entre outros, passa-se como estratégia a levar temas de concernência coletiva a uma maior visibilidade pública e de modo a promover a circularidade da informação a outros meios de comunicação a partir das ações de protesto. A elevação potencial das audiências ao pólo emissor do processo de

comunicação, além de pautar as mídias tradicionais, colaboraria, portanto, à emancipação política e informacional dos atores sociais. As organizações tradicionais perdem, assim, grande parte de sua relevância como mediadoras das ações coletivas.

Em decorrência de uma universalização das demandas sociais e das novas possibilidades de estabelecer canais de comunicação não necessariamente restritos a critérios geográficos, as reivindicações de movimentos locais recebem potencialmente uma adesão em âmbitos mais amplos, do regional ao internacional. Nota-se também que o ciberativismo, consideravelmente, apresenta-se em uma forma híbrida ou exclusivamente online: ações que iniciam na Internet com apropriações específicas podem gerar movimentos presenciais (e vice-versa). As redes sociais digitais impulsionariam manifestações presenciais também em função da facilidade em tempo real de identificar atores simpáticos à ação, recrutá-los, organizá-los e coordená-los, tendo para isso espaços organizados de deliberação. Da mesma forma, ressalta-se a importância da comunicação assíncrona às ações coletivas – questão ainda não suficientemente elucidada pelos esforços acadêmicos, então restritos à idéia de instantaneidade como transformadora das dinâmicas coletivas. Conforme visto, a comunicação assíncrona revela a sua contribuição principalmente no sentido de levar o elemento tempo a um segundo plano, permitindo interações cronologicamente dispersas.

Sendo a ação coletiva naturalmente comunicativa, as transformações tecnológicas na sociedade contemporânea – por permitir que os atores estejam mais conectados e se amplie os canais de comunicação entre eles – indicam a passagem do ativismo à sua natural incorporação às redes sociais digitais. Os engajamentos coletivos, ainda que possam vir a se restringir às formas presenciais, recebem a contribuição das novas tecnologias em suas estratégias de organização, localização e coordenação. Não sendo possível, portanto, em grandes linhas, pensar o ativismo contemporâneo sem a sua nova dimensão tecnológica e comunicativa. As articulações mediadas possivelmente manifestam não uma forma oposta a uma idéia tradicional de ativismo, mas sim a uma potencialização deste ao se fazer emergir novos “espaços”, ferramentas e estratégias de ação.

No contexto da teoria das ações coletivas, na linha de vários estudos recentes, percebe-se que as ações coletivas contemporâneas definitivamente apresentam outras dinâmicas, sendo inaplicáveis ao seu pleno entendimento os modelos tradicionais. O indivíduo utilitarista da teoria clássica, guiado por maximizar os seus ganhos, depara-se agora com a possibilidade de contribuir à difusão do movimento a que está inserido, sem para isso incidir em custos sociais, temporais e capitais significativos. Em vez de se abster de colaborar com a ação coletiva pela idéia de maximização da relação custo/benefício, o ator é capaz de reorientar a sua prática mediante o reposicionamento do benefício sobre o custo.

Na ausência de custos expressivos à participação, a lógica do benefício coletivo se sobressai em relação à nulidade dos primeiros, de modo a conduzir o indivíduo à cooperação ao grupo. O tradicional free-rider, como se vê, também tem as suas ações (ou a ausência destas) mais facilmente expostas no contexto da Internet, em decorrência da passagem da esfera privada à pública. Mais facilmente se percebe os reais contribuintes ao movimento: a noticiabilidade e o reconhecimento enquanto grupo são mais presentes.

Além de uma não vinculação formal às manifestações ativistas, outro elemento contribuinte aos engajamentos coletivos se centra na constituição de estrutura de poder abstrata. A hierarquia das ações ciberativistas não se apresenta de forma explícita, estabelece-se principalmente por poder de influência e pela reputação dos atores participantes, entre outros aspectos relacionais, em detrimento da lógica de segregação organizacional das estruturas formais. Dessa forma, os sujeitos, em condição igualitária, possivelmente não se sentem alheios ao sistema, mas sim constituintes dele.

Pensados também em uma estrutura de rede, os movimentos potencializam-se no “ambiente” das redes sociais digitais. O perfil ativista é mais facilmente emancipado em função do livre acesso à informação, bem como a atuação de atores politicamente marginais – necessária à consecução de ações coletivas – torna-se igualmente mobilizável. As dinâmicas das ações coletivas na Internet oportunizam mais facilmente o recrutamento de atores que não estejam estritamente vinculados às causas do movimento. Como um chamamento à ação, essas mudanças de paradigmas possivelmente indicam uma revitalização política das redes sociais.

**Referências**

ANTOUN, H. (2004). **O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura**. Revista Fronteiras, 2(1):67-68.

ASSIS, É. (2006). **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. Dissertação de mestrado. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

BIMBER, B.; FLANAGIN, A.; STOHL, C (2005). **Reconceptualizing collective action in the contemporary media environment**. Communication Theory, International Communication Association.

FLANAGIN, A.; BIMBER, B; SOHL, C (2006). Modeling the structure of collective action. Communication Monographs. Vol. 73, N. 1, March 2006, 29-54.

GARRET, R. (2006). Protest in a information society: a review of the literature on social movements and new ICTs. Communication and Society, 9(2).

GILLMOR, D. (2004). **We the media**: Grassroots journalism by the People, for the people. EUA: OREILLY & ASSOC.

GONÇALVES, F. (2007). Resistência nômade: arte, colaboração e novas formas de ativismo na Rede. e-Compós.

GONÇALVES, F; BARRETO, C.; PASSOS, K. (2008). Media activism networking in Brazil: the emergence of new sociabilities and forms of resistance in the internet. In: Internet Research 9.0: Rethinking community, rethinking place University of Copenhagen.

GRANOVETTER, M (1973). The Strenght of Weak Ties. The American Journal of Sociology, vol. 78, n. 6, p.1360-1380.

HARA, N. (2008). Internet use for political mobilization: voices of participants. In: First Monday, peer-reviewed journal on the Internet, volume 13, number 7, july.

JENKINS, H. (2006). Convergence Culture: where old and new media collide. E.UA: New York Press.

JORDAN, T. (2004). Activism! Direct Action, Hacktivism and the future of society. Londres: Reaktion Books, 2002.

LUPIA, A.; SIN, G. (2003). Which public goods are endangered?: How evolving communication technologies affect The logic of collective action. Public Choice 117: 315–331.

MACHADO, J. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas aos movimentos sociais. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez.

MARGETTS, H; JOHN, P. ESCHER, T; REISSFELDER, S (2009). Can the Internet overcome the logic of collective action? An experimental approach to investigating the impact of social pressure on political participation. In Political Studies Association Annual Conference, 7-9 April, University of Manchester.

NEWMAN, M.; BARABÁSI, A.; DUNCAN, W. (2006). The structure and dynamics of networks . E.U.A: Princetown University Press.

OLSON, M (1965). The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups. EUA: Harvard University Press, 1st ed.

PAVLIK, J (2005). El periodismo y los nuevos medios de comunicación. Barcelona: Paidós.

RECUERO, R (2009). As redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina.

RECUERO, R (2006). Comunidades em Redes Sociais na Internet. Proposta de Tipologia baseada no Fotolog.com. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS.

RHEINGOLD, H. (2002). Smart mobs. USA, Basic Books.

SANTAELLA, L. (2007). Linguagens líquidas na era da mobilidade. São Paulo: Paulus.

UGARTE, D (2007). El poder de las redes. Manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo. ISBN 978-84-611-8873-4 / domínio público.